

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Apresentação</b> .....	3
<b>1. Microsistema de Gestão e Julgamento de Casos Repetitivos</b> .....	9
1.1. Conceito de Jurisdição Remodelado .....	10
1.1.1. Tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos .....	14
1.1.2. Demandas repetitivas e litigância de interesse público .....	16
1.1.3. Concausas da proeminência da tutela judicial plurindividual e expectativas processuais .....	19
1.2. Técnicas de Tutela Judicial Plurindividual no Direito Processual Brasileiro e Repercussões nos Casos Repetitivos .....	21
1.2.1. Incidente de exame da repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário repetitivo .....	28
1.2.2. Recursos extraordinário, especial e de revista repetitivos no âmbito das Cortes Superiores (STF, STJ e TST) .....	32
1.2.3. Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) .....	36
1.3. Os Precedentes como Fonte Formal à Luz do Princípio da Isonomia Nomogenética do Direito.....	41
1.4. Autoridade Política do Precedente Obrigatório .....	50
<b>2. Repercussão dos Precedentes Obrigatórios no Acesso à Justiça e Mecanismos de Controle Permanentes</b> .....	55
2.1. Conceito de Acesso à Justiça Remodelado e Regulação pela CRFB/88.....	59
2.1.1. Ondas renovatórias do acesso à justiça .....	62
2.1.2. Modelos de assistência jurídica aos necessitados .....	64
2.1.3. Breve histórico da assistência jurídica no mundo .....	68
2.1.4. Breve Histórico da Assistência Jurídica no Brasil.....	69

2.1.5. Justiça gratuita, assistência judiciária e assistência jurídica.....	72
2.1.6. Barreiras ao acesso à justiça diante dos precedentes obrigatórios .....	73
2.2. Mecanismos de Controle na Tutela Plurindividual de Casos Repetitivos .....	74
2.2.1. Do método da dialética da participação na construção e aplicação dos precedentes obrigatórios por meio de condicionantes constitucionais .....	79
2.2.2. A nova roupagem do dever de fundamentação dos atos decisórios: ditames do CPC de 2015 para a vedação da motivação per relationem.....	85
2.2.3. Defensoria Pública como instituição e instrumento do regime democrático e da universalização do acesso à justiça.....	92
2.3. O Tratamento de Essencialidade Conferido à Defensoria Pública na CRFB/88, na LC 80/1994 (LONDP) e no CPC/2015 .....	96
2.3.1. Autonomia funcional, administrativa e financeira da Defensoria Pública .....	100
2.3.1.1. Ações diretas de inconstitucionalidade 3569/PE, 4163/SP, 3965/MG e 5296/DF e a preservação da autonomia da Defensoria Pública pelo Supremo Tribunal Federal.....	101
2.3.1.2. Da proibição de venire contra factum proprium aplicada à Advocacia-Geral da União na ADI 5296/DF.....	105
2.3.1.3. A salvaguarda da autonomia da Defensoria Pública para o pleno exercício das funções institucionais .....	107
2.3.2. Divisão orgânica da Defensoria Pública e os princípios institucionais.....	109
2.3.3. Extensão hermenêutica do conceito de necessitado e reconhecimento de vulnerabilidades na sociedade brasileira .....	112
2.3.4. Das atribuições e funções institucionais da Defensoria Pública voltadas à defesa coletiva e plurindividual de direitos .....	117

2.3.5. Prerrogativas dos Defensores Públicos e a condição de agente político e de transformação social.....	121
2.3.6. A Defensoria Pública no CPC de 2015 para a proteção dos direitos fundamentais processuais.....	123
<b>3. Formas de Atuação Cooperativa da Defensoria Pública no Microssistema de Gestão e Julgamento de Casos Repetitivos .....</b>	<b>127</b>
3.1. O princípio da cooperação no Código de Processo Civil de 2015 .....	128
3.1.1. O princípio da cooperação como derivação do princípio da boa-fé processual.....	130
3.1.2. Sujeição do magistrado ao princípio da cooperação .....	131
3.2. Cooperação da Defensoria Pública na Definição de Entendimentos Pacificadores de Conflitos Sociológicos Repetitivos e na Aplicação de Precedentes Obrigatórios .....	134
3.2.1. Defensoria como instituição ombudsman: bases para a cooperação qualificada .....	137
3.2.2. Contribuições da Defensoria Pública para a formação do precedente obrigatório .....	145
3.2.2.1. Legitimidade da Defensoria Pública no IRDR.....	145
3.2.2.2. Atuação defensorial no RE e REsp repetitivos.....	147
3.2.2.3. A escolha da causa modelo com base no ideological plaintiff .....	148
3.2.3. Contribuições da Defensoria Pública na aplicação do precedente obrigatório .....	153
3.2.3.1. Promoção da técnica do distinguishing.....	153
3.2.3.2. Postulação do overruling .....	157
3.2.3.3. Propositura da revisão do precedente obrigatório.....	158
3.2.3.4. Fiscalização via reclamação e controle da fundamentação decisória.....	159
3.2.4. Intervenção da Defensoria Pública nos processos repetitivos na condição de custos vulnerabilis.....	160

3.2.4.1. Previsões normativas da intervenção defensorial como custos vulnerabilis.....	162
3.2.4.2. Exemplos de atuação da Defensoria Pública da União.....	163
3.2.4.3. Distinções entre o custos vulnerabilis e o amicus curiae.....	165
3.2.5. Ingresso da Defensoria Pública nos processos repetitivos como amicus curiae .....	166
3.2.5.1. Ratio da intervenção do amicus curiae.....	169
3.2.5.2. Rol de poderes titularizados pelo amicus curiae no processo .....	173
3.2.5.3. Vinculação do amicus curiae ao resultado do processo repetitivo e a legitimidade recursal (§§ 1º e 3º do artigo 138 do CPC de 2015) .....	174
3.2.5.4. O contraditório participativo enobrecido pela Defensoria Pública como amicus curiae.....	177
3.2.5.5. Exemplos de casos de atuação da Defensoria Pública da União .....	180
3.3. Acesso à Justiça Social e Formação de Precedentes Obrigatórios Fortes.....	184
3.3.1. Harmonização entre os modelos “dispositivo” e “inquisitivo” no processo civil brasileiro .....	186
3.3.2. Defensoria Pública e a qualificação dos precedentes obrigatórios e da persuasão racional .....	188
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>193</b>
<b>Referências .....</b>	<b>205</b>